

Se o comportamento do nível de ocupação em 1996 permitia pensar, há um ano atrás, que a questão da qualidade dos postos ofertados era o principal desafio a ser enfrentado pela sociedade em termos do mercado de trabalho, a evolução ocorrida em 1997 recoloca a questão do emprego, do volume de postos de trabalho, no centro das atenções. Ao baixo dinamismo mostrado pela ocupação ao longo desse ano, mesmo antes das alterações da conjuntura deflagradas pela crise asiática, somaram-se as preocupações quanto aos efeitos da elevação dos juros sobre a atividade econômica e sobre o emprego, gerando expectativas pessimistas em relação a 1998, pelo menos no que diz respeito aos meses iniciais.

Contudo, não obstante já serem esperados resultados ruins a curto prazo, os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE em janeiro surpreenderam pela intensidade com que cresceram as taxas de desemprego nas seis regiões metropolitanas cobertas por esta pesquisa. As reflexões desenvolvidas adiante na seção “Análise do Mercado de Trabalho” mostram que uma avaliação qualificada do significado desse crescimento do desemprego requer um entendimento maior da dinâmica da oferta de trabalho, cujo comportamento foi o grande responsável pela mencionada intensidade do movimento observado, uma vez que a queda sazonal do nível de ocupação foi, inclusive, inferior à ocorrida em janeiro do ano anterior.

Dentro dessa linha de preocupação com o volume de empregos, a seção “A Opinião dos Atores”, que tradicionalmente abre esta publicação, traz à discussão o tema da importância de conciliar a preservação/geração de postos de trabalho com os imperativos da competitividade, elegendo como referência um setor onde a necessidade de equacionar esse desafio é, pode-se dizer, emblemática: a indústria automotiva.

O texto do ator governamental apresenta um breve histórico da evolução do setor, com a indicação de algumas de suas características ao findar a década de 80, um apanhado de suas vicissitudes nos últimos anos e a constituição do regime automotivo. Isso fornece um pano de fundo contra o qual podem ser melhor apreciadas as ponderações dos atores representativos dos empresários e trabalhadores.

O que mais ressalta nas visões apresentadas nesses dois textos é sua coincidência na avaliação da oportunidade de se desenhar uma nova política industrial, longe de qualquer ranço paternalista, que tome como base a integralidade da cadeia produtiva e seja capaz de fortalecer todos os seus elos e elementos, única possibilidade de conquistar e manter a capacidade competitiva. Nesse fortalecimento dos elementos constituintes da cadeia produtiva do setor inclui-se a perspectiva de ampliação do emprego e de crescente qualificação da força de trabalho.

Para finalizar, prosseguindo dentro da mesma unidade temática, a “Nota Técnica” deste número levanta uma discussão relativa à mensuração dos ganhos de produtividade na indústria, à luz dos novos dados das Contas Nacionais. Comparando estimativas feitas com base nas pesquisas mensais do IBGE (Pesquisa Industrial Mensal-PIM e Pesquisa Mensal de Emprego-PME) com as estimativas proporcionadas pelas novas Contas Nacionais, é mostrada a existência de diferenças significativas entre elas. O texto trabalha as metodologias utilizadas em cada um dos casos, buscando explorar as possíveis razões para as diferenças encontradas.